



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



TAYLON VENÂNCIO DE ARAUJO GONÇALVES

**IMPACTOS SUBJETIVOS DA SEGURANÇA PÚBLICA**

GOIÂNIA-GO

2025

TAYLON VENÂNCIO DE ARAUJO GONÇALVES

## **IMPACTOS SUBJETIVOS DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Me. Patrick Barros Barbosa.

GOIÂNIA-GO

2025

## IMPACTOS SUBJETIVOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

### SUBJECTIVE IMPACTS OF PUBLIC SAFETY

Taylon Venâncio de Araújo Gonçalves  
Patrick Barros Barbosa.<sup>1</sup>

#### Resumo

Este trabalho analisa os impactos subjetivos da segurança pública na vida dos cidadãos, com ênfase na vitimização percebida, sensação de segurança e sentimento de medo do crime. A pesquisa discute como tais elementos subjetivos influenciam o comportamento individual e coletivo, moldando a forma como as pessoas se relacionam com o espaço urbano, com as instituições e entre si. Com base em abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, constata-se que o medo e a insegurança são construções sociais que afetam diretamente a qualidade de vida e a percepção sobre o Estado. O estudo reforça a importância de políticas públicas que considerem, para além da repressão, os efeitos emocionais da segurança pública no cotidiano da população.

**Palavras-chave:** Segurança Pública; Medo do Crime; Sensação de Segurança; Vitimização; Subjetividade.

#### Abstract

This study analyzes the subjective impacts of public safety on citizens' lives, with emphasis on perceived victimization, sense of security, and fear of crime. The research discusses how these subjective elements influence individual and collective behavior, shaping how people relate to urban space, institutions, and each other. Based on a qualitative approach and bibliographic research, it is found that fear and insecurity are social constructs that directly affect quality of life and perceptions of the State. The study highlights the importance of public policies that, beyond repression, take into account the emotional effects of public safety on the daily lives of the population.

**Keywords:** Public Safety; Fear of Crime; Sense of Security; Victimization; Subjectivity.

## 1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é frequentemente tratada como uma questão técnica, baseada em estatísticas de criminalidade e estratégias de repressão. No entanto, há uma dimensão menos

---

<sup>1</sup> Professor Orientador Patrick Barros Barbosa. Doutorando em Administração pela USJ; Mestre em Governança, Tecnologia e Inovação pela Universidade Católica de Brasília – UCB; MBA – Master of Business Administration em Gerenciamento de Projeto pela FGV – Fundação Getúlio Vargas; Pós-graduação, nível especialização, Segurança Pública pela Faculdade Projeção (2013); Pós-graduação, nível especialização, Direito Militar pela UNEB – União Educacional de Brasília (2007); graduado em Administração de empresas pela Faculdade Michelangelo (2006). Professor do programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, E-mail: patrickrafter@gmail.com.

visível, mas igualmente significativa, que se refere aos impactos subjetivos que o tema produz na sociedade. Essa dimensão está relacionada à forma como as pessoas percebem a segurança e reagem emocionalmente diante da violência — real ou percebida — em seu entorno.

Mesmo sem vivenciarem diretamente um crime, muitos indivíduos sentem-se constantemente ameaçados, adotando comportamentos de autoproteção, limitando sua circulação nos espaços urbanos e desenvolvendo sentimentos de medo e desconfiança. Isso evidencia que a segurança pública vai além do controle da criminalidade e envolve também elementos psicológicos, sociais e simbólicos, com efeitos concretos no cotidiano dos cidadãos.

Dentre os elementos que configuram esses impactos subjetivos, destacam-se a vitimização percebida, a sensação de segurança e o medo do crime. Tais fatores moldam não apenas o comportamento individual, mas influenciam também o convívio social, a confiança nas instituições públicas e a construção de políticas de segurança. A mídia, o histórico territorial e a atuação seletiva das forças policiais contribuem para a formação dessas percepções.

Este trabalho tem como problema de pesquisa: De que forma os impactos subjetivos da segurança pública — como a vitimização percebida, o medo do crime e a sensação de insegurança — afetam o comportamento e a percepção social dos indivíduos?

A relevância desta pesquisa está na necessidade de compreender a segurança pública sob uma ótica que considere a experiência vivida pela população, principalmente em contextos urbanos marcados por desigualdade social, violência seletiva e desconfiança institucional. Tal abordagem contribui para o desenvolvimento de políticas mais humanas e sensíveis às reais necessidades da sociedade.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os impactos subjetivos da segurança pública na percepção e comportamento dos cidadãos.

Como objetivos específicos, pretende-se:

1. Investigar como o sentimento de medo do crime influencia o cotidiano das pessoas;
2. Compreender os efeitos da vitimização percebida na forma como os indivíduos interagem com o espaço urbano;
3. Avaliar de que maneira a sensação de segurança é construída e modificada nas relações sociais e com o Estado.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com base em revisão bibliográfica. O trabalho está dividido em cinco seções: a introdução, a revisão teórica, a metodologia, a discussão dos resultados e a conclusão.

## **2 REVISÃO TEÓRICA: VITIMIZAÇÃO, SENSAÇÃO DE SEGURANÇA E MEDO DO CRIME**

A compreensão da segurança pública exige uma abordagem que vá além dos índices criminais e do aparato repressivo estatal. A vivência da insegurança é subjetiva e varia conforme fatores sociais, territoriais, históricos e emocionais. Neste capítulo, serão abordados os principais conceitos relacionados aos impactos subjetivos da segurança pública: vitimização subjetiva, sensação de segurança e medo do crime.

### **2.1 Vitimização Subjetiva**

A vitimização não se restringe à experiência direta de um ato criminoso. Muitos indivíduos, mesmo sem terem vivenciado concretamente uma situação de violência, sentem-se como potenciais vítimas. Esse sentimento é influenciado por fatores diversos, como relatos de terceiros, experiências próximas, notícias sobre crimes, ausência de policiamento e histórico de violência em determinados territórios. Como aponta Kessler (2009), “o medo não se reduz à experiência direta do crime, mas se constrói também a partir de narrativas, símbolos e representações sociais”.

Esse fenômeno é denominado vitimização subjetiva e pode provocar impactos significativos na rotina e no comportamento dos indivíduos. Atitudes como evitar locais públicos, restringir a circulação em determinados horários, reduzir interações sociais e adotar estratégias de autoproteção são respostas comuns. Adorno (2002) destaca que “o sentimento de vitimização muitas vezes é mais restritivo do que a própria vitimização real”, evidenciando que a percepção de insegurança pode gerar mais limitações do que o risco objetivo de ser vítima.

Dessa forma, compreender a vitimização subjetiva é essencial, uma vez que ela revela o peso da dimensão simbólica do medo na vida social. De acordo com Zaluar (2007), a violência urbana “não se limita aos números de criminalidade, mas se reproduz no cotidiano por meio do medo e das práticas de autoproteção”. Assim, pode-se afirmar que a sensação de ser uma possível vítima torna-se, em muitos casos, mais paralisante do que a própria experiência real da violência, configurando um fenômeno que precisa ser considerado na análise da segurança pública e na formulação de políticas sociais.

### **2.2 Sensação de Segurança**

A sensação de segurança está diretamente relacionada à percepção que os indivíduos desenvolvem sobre o controle da violência em seu ambiente. Ela não depende exclusivamente

da ocorrência real de crimes, mas envolve fatores como a presença visível de policiamento, a qualidade da infraestrutura urbana, a iluminação pública, as relações comunitárias e o nível de confiança nas instituições. Conforme Zaluar (2007), o medo da violência muitas vezes ultrapassa a criminalidade efetiva, constituindo-se como um fenômeno social que molda comportamentos e restringe liberdades.

Essa percepção não é homogênea: mesmo em contextos semelhantes, indivíduos podem sentir segurança de forma distinta. Duas pessoas que vivem no mesmo bairro, por exemplo, podem apresentar percepções diferentes a partir de suas histórias pessoais, vínculos sociais ou condições socioeconômicas. Nesse sentido, Kessler (2009) destaca que a sensação de segurança é uma construção subjetiva, variando de acordo com experiências individuais e coletivas, e nem sempre corresponde à realidade objetiva expressa nas estatísticas criminais.

Assim, compreender a diferença entre segurança objetiva (dados concretos de criminalidade) e segurança subjetiva (sentimento de medo ou tranquilidade) é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes, uma vez que a vivência cotidiana da população influencia diretamente a confiança nas instituições e a qualidade de vida nas cidades.

### **2.3 Medo do Crime**

O medo do crime é uma emoção central nas relações entre o indivíduo, o espaço público e o Estado. Trata-se de um sentimento muitas vezes difuso, mas constante, que afeta decisões cotidianas e altera o comportamento social. Como observa Caldeira (2000), “o medo generalizado da violência urbana reorganiza práticas sociais e redefine os modos de circulação nas cidades”. Esse medo se manifesta em atitudes como o isolamento social, a desconfiança em relação a estranhos, a aceitação de políticas repressivas e a estigmatização de determinados grupos sociais.

Esse medo não é apenas um reflexo racional do perigo real, mas é amplamente influenciado por discursos sociais, imagens veiculadas pela mídia, experiências traumáticas ou coletivas e ausência de políticas públicas eficazes. De acordo com Glassner (2003), o medo da violência “é muitas vezes desproporcional ao risco objetivo, pois resulta da ênfase exagerada em certos perigos, amplificados pela mídia e pelo discurso político”.

Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes contribui para a intensificação desse sentimento.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo, utilizando como principal técnica o levantamento bibliográfico. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os aspectos subjetivos da segurança pública — como vitimização percebida, medo do crime e sensação de insegurança — os quais não podem ser plenamente captados por métodos quantitativos ou puramente estatísticos. Como afirma Minayo (2012, p. 21), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e dos valores, buscando compreender dimensões não mensuráveis da vida social”.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em obras acadêmicas, artigos científicos, livros especializados e documentos oficiais que abordam a temática da segurança pública sob a ótica da subjetividade. Segundo Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pelo uso de material já elaborado e “tem como principal vantagem permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Essa escolha possibilita mapear os principais conceitos, autores e debates contemporâneos sobre o tema, oferecendo subsídios teóricos consistentes para a análise crítica da realidade social.

A abordagem adotada é dedutiva, partindo de conceitos gerais sobre vitimização, percepção de segurança e medo do crime, até alcançar a análise da realidade vivida no contexto da segurança pública brasileira. De acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 107), “o método dedutivo parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis para chegar a conclusões de maneira lógica e necessária”. Essa lógica foi aplicada por meio da leitura e análise interpretativa dos textos selecionados, na qual se buscou a identificação de categorias teóricas que auxiliam na compreensão dos impactos subjetivos provocados pela atuação das instituições de segurança. Para Severino (2016, p. 132), “a análise interpretativa dos textos é fundamental para a construção de categorias que deem conta de explicar a realidade investigada”, reforçando a validade do procedimento adotado.

Foram utilizadas obras reconhecidas da criminologia crítica, sociologia urbana, psicologia social e estudos sobre políticas públicas. A seleção dos materiais seguiu critérios de relevância acadêmica, atualidade — privilegiando publicações recentes dos últimos cinco anos — e coerência temática com o objetivo da pesquisa. Essa escolha metodológica possibilitou a construção de um quadro teórico consistente, que sustenta a análise crítica proposta.

Entretanto, como toda pesquisa, este estudo apresenta limitações. Por tratar-se de uma análise teórica, não abrange dados empíricos de campo, o que restringe suas conclusões à interpretação das obras consultadas e à aplicação crítica dos conceitos. Ainda assim, a abordagem adotada oferece base sólida para estudos futuros que desejem investigar, por meio de entrevistas ou questionários, os efeitos subjetivos da segurança pública em grupos sociais específicos. Como enfatiza Demo (2012, p. 25), “toda pesquisa apresenta limites metodológicos, mas a clareza sobre tais limites é o que garante sua legitimidade científica”.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção, são analisados os principais aspectos relacionados aos impactos subjetivos da segurança pública, com base nas categorias estabelecidas nos objetivos específicos: medo do crime, vitimização percebida e sensação de segurança. A discussão aqui proposta está ancorada nas interpretações teóricas coletadas na revisão de literatura e busca destacar como esses elementos subjetivos influenciam a vida social, política e emocional dos indivíduos.

### **4.1 O Medo do Crime e Suas Consequências Comportamentais**

O medo do crime tornou-se um elemento constante no cotidiano da população, especialmente nas grandes cidades. Esse medo, muitas vezes desproporcional à ameaça real, interfere diretamente na liberdade de locomoção, na confiança interpessoal e na forma como as pessoas interagem com o espaço urbano. Como observa Caldeira (2000, p. 33), “o medo generalizado da violência urbana reorganiza práticas sociais e redefine os modos de circulação nas cidades”. Nesse sentido, o medo não se limita a uma reação instintiva, mas constitui-se em um fenômeno social e simbólico, construído historicamente e reproduzido nas relações cotidianas. De acordo com Kessler (2009, p. 45), “o sentimento de insegurança não deriva apenas de experiências direta com o delito, mas é produzida por um conjunto de representações e discursos que configuram o modo como as pessoas percebem o risco”.

Mesmo quando os índices de criminalidade apresentam redução, a sensação de medo permanece, impulsionada por experiências indiretas, informações midiáticas alarmistas e ausência de respostas eficazes por parte do Estado. Adorno (2002, p. 189) destaca que “a sensação de vitimização é, por vezes, mais restritiva do que a própria vitimização real, pois o medo se antecipa à violência e a reproduz simbolicamente”.

Esse comportamento social cria uma espiral de retração e fragmentação urbana, na qual o medo reforça a segregação e rompe vínculos comunitários, impactando diretamente a qualidade

de vida e o bem-estar emocional da população. Nesse sentido, Glassner (2003, p. 27) afirma que “o medo da violência é frequentemente desproporcional ao risco objetivo, pois resulta da ênfase exagerada em certos perigos, amplificados pela mídia e pelo discurso político”.

#### **4.2 Vitimização Percebida: Quando o Medo Ultrapassa a Realidade**

A vitimização percebida é um fenômeno em que o indivíduo se sente vítima em potencial, mesmo sem ter vivenciado diretamente um crime. Esse sentimento é construído social e culturalmente, a partir de uma série de influências: relatos de violência em sua região, estigmas sobre determinados grupos ou espaços, e até pela forma como as forças de segurança atuam em seu território. De acordo com Kessler (2009, p. 61), “a percepção de insegurança ultrapassa a experiência concreta do delito, transformando-se em uma sensação permanente de vulnerabilidade social”. Na minha compreensão essa interpretação reforça como o medo pode se tornar uma ferramenta de controle simbólico, moldando comportamentos e limitando a liberdade mesmo em contextos de relativa tranquilidade.

Esse tipo de vitimização subjetiva é particularmente comum em áreas urbanas periféricas, onde a presença do Estado se dá quase exclusivamente por meio da força policial. Nesses locais, a abordagem repressiva, seletiva e muitas vezes violenta das forças de segurança não apenas não gera proteção, como aprofunda a sensação de medo, insegurança e abandono institucional. Zaluar (2007, p. 88), observa que “a violência urbana não se mede apenas por estatísticas criminais, mas se reproduz cotidianamente por meio do medo, da desconfiança e das práticas de autoproteção que reforçam o ciclo da insegurança”.

A consequência direta disso é uma população emocionalmente desgastada, com baixa confiança nas instituições e alta predisposição a comportamentos defensivos. Em vez de promover segurança, o Estado se torna, para muitos, uma fonte adicional de ameaça. Nesse sentido, Zaluar (2007) destaca que a violência urbana não se restringe a estatísticas criminais, mas se perpetua no cotidiano por meio do medo e da vitimização subjetiva, revelando como a insegurança simbólica impacta de forma profunda a vida social.

#### **4.3 Sensação de Segurança: Uma Construção Subjetiva e Desigual**

A sensação de segurança resulta da interação entre fatores objetivos e subjetivos, sendo moldada tanto pela infraestrutura urbana quanto pelas relações sociais e pela confiança nas instituições. Elementos como iluminação pública eficiente, policiamento comunitário de proximidade, urbanização planejada e vínculos de solidariedade entre vizinhos contribuem

significativamente para uma percepção positiva de proteção. Segundo Zaluar (2007, p. 102), “a segurança sentida pelos cidadãos depende mais da confiança mútua e da presença simbólica do Estado do que da simples repressão policial”. Essa afirmação reforça a ideia de que a segurança é também uma construção simbólica, alimentada por percepção e experiências coletivas que ultrapassam a objetividade dos números.

Entretanto, essa sensação manifesta-se de forma desigual entre diferentes grupos sociais. As camadas mais favorecidas economicamente recorrem a estratégias privadas de segurança — condomínios fechados, vigilância 24 horas e sistemas de monitoramento — que produzem espaços seletivos e bolhas de aparente tranquilidade. Já os segmentos populares enfrentam cotidianamente contextos de violência, marcados pela ausência de políticas públicas consistentes, o que gera um sentimento constante de vulnerabilidade e exposição ao risco. De acordo com Caldeira (2000, p. 45), “as estratégias de isolamento e autoproteção das elites urbanas reforçam fronteiras físicas e simbólicas, legitimando a segregação social e o medo do outro”.

Essa disparidade na vivência da segurança alimenta estigmas e preconceitos sociais, nos quais bairros inteiros e determinados grupos populacionais passam a ser classificados como “ameaças” independentemente de evidências objetivas. Como aponta Caldeira (2000), a lógica do medo e da violência reorganiza o espaço urbano e legitima práticas de segregação, reforçando fronteiras físicas e simbólicas entre grupos sociais. Assim, perpetuam-se desigualdades históricas e fragilizam-se a coesão social e a confiança nas instituições do Estado.

## **5 CONCLUSÃO**

A análise realizada evidenciou que a segurança pública não pode ser compreendida apenas a partir de índices criminais ou da atuação repressiva do Estado. Seus impactos subjetivos — como o medo do crime, a vitimização percebida e a sensação de (in)segurança — revelam dimensões simbólicas e emocionais que influenciam diretamente o cotidiano da população.

Constatou-se que o medo do crime, mesmo quando desproporcional ao risco real, restringe a liberdade individual, altera práticas sociais e legitima políticas de caráter autoritário, reforçando processos de segregação urbana e enfraquecendo vínculos comunitários. Da mesma forma, a vitimização percebida mostrou-se um fenômeno relevante, pois produz efeitos concretos na vida das pessoas, levando à adoção de comportamentos defensivos e à diminuição da confiança nas instituições.

A sensação de segurança, por sua vez, mostrou-se uma construção desigual e influenciada por fatores sociais, territoriais e econômicos. Enquanto grupos com maior poder

aquisitivo buscam soluções privadas de proteção, populações periféricas convivem com a insegurança crônica, reforçando desigualdades estruturais e sentimentos de exclusão.

Diante desse cenário, conclui-se que a formulação de políticas públicas de segurança deve ir além do enfoque meramente repressivo, incorporando estratégias que considerem a dimensão subjetiva da segurança e promovam confiança institucional, coesão social e prevenção cidadã. Somente ao reconhecer a centralidade dos aspectos psicológicos, sociais e simbólicos será possível construir cidades mais justas, humanas e seguras para todos

## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLASSNER, Barry. **The culture of fear: why Americans are afraid of the wrong things**. New York: Basic Books, 2003.

KESSLER, Gabriel. **El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.